


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA



AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO.

TIPO: MENOR PREÇO

PROCESSO Nº: 22/2025.

EDITAL: PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 03/2025.


OBJETO: Contratação de empresa especializada em locação de equipamentos de impressão com os insumos e serviços (outsourcing de impressão) exceto papel, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

A Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, por intermédio da Superintendência de Compras, comunica aos interessados que a sessão pública para realização do procedimento licitatório em epígrafe fica adiado “*Sine-Die*”.

Nova data para a sessão pública de abertura da licitação em epígrafe será oportunamente comunicada, mediante publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Jornal de Grande Circulação Regional e divulgação no site: a) Site da Assembleia Legislativa de Roraima – ALERR: <https://al.r.r.leg.br>, na aba “Transparência/Licitações”; b) Portal Nacional de Contratações Públicas: [Portal Nacional de Contratações Públicas \(pnep.gov.br\)](https://portal.nacionaldecontratacoes.gov.br)

Boa Vista, 08 de janeiro de 2026.

Charles de Oliveira Parente
Superintendente de Compras¹
Matricula nº 18.771
Resolução Nº 2143/2024 – SGP¹



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
GABINETE DA PREFEITA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2025 - SEMOU

PROCESSO: Nº 298/2024

CONCORRÊNCIA PÚBLICA: Nº 009/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA

CNPJ: 04.056.248/0001-25

CONTRATADA: BRASPILOT COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

CNPJ: 33.704.947/0001-32

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 002/2025 - SEMOU, por mais 60 (sessenta) dias, a contar do dia 18/11/2025, respeitando o limite de 60 (sessenta) meses, na forma da Lei Federal 14.133/21.

DATA DA ASSINATURA: Dia 04 de novembro 2025.

LUIZA MAURA DE FARIA OLIVEIRA
Prefeita Municipal de São João da Baliza/RR



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
GABINETE DA PREFEITA

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2023 SEMOU

PROCESSO: Nº 286/2023

CONCORRÊNCIA PÚBLICA: Nº 001/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA

CNPJ: 04.056.248/0001-25

CONTRATADA: LOTUS TEC CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 27.741.715/0001-51

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo de vigência do contrato nº 008/2023 - SEMOU, por mais 60 (sessenta) dias, para execução dos trabalhos, a contar do dia 22/12/2025, respeitando o limite de 60 (sessenta) meses, na forma da Lei 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: Dia 02 de dezembro 2025.

LUIZA MAURA DE FARIA OLIVEIRA
Prefeita Municipal de São João da Baliza/RR



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BALIZA
GABINETE DA PREFEITA

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 312/2025


PREGÃO PRESENCIAL: Nº 011/2025

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DA BALIZA/RR, inscrito no CNPJ nº 11.290.944/0001-67, torna público aos interessados que o Departamento de Licitação, no uso de suas atribuições legais, considerando haver cumprido todas as exigências do procedimento de licitação na Modalidade acima citada, oriundo do Processo Administrativo nº. 312/2025, do Tipo: **MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo por Objeto a “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO COMPLEXO ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BALIZA - RR**”. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, sendo ADJUDICADO e HOMOLOGADO em favor da Licitante vencedora do certame: **W.M COMÉRCIO E SERVIÇOS IMP E EXP LTDA**, inscrita no CNPJ nº **08.978.089/0001-77**, por ter apresentado proposta mais vantajosa, no valor total de R\$ 769.490,00 (setecentos e sessenta e nove mil e quatrocentos e noventa reais).

São João da Baliza/RR, 08 de janeiro de 2026

PAULO ALVES DE ARAÚJO
Secretário Municipal de Saúde de São João da Baliza/RR

PREFEITURA MUNICIPAL DE



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 001/2026

Processo Licitatório nº: 066/2025- SINFRA/PMC

Inexigibilidade nº 009/2025

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTÁ

CNPJ nº: 01.612.682/0001-56

Contratada: ANDREA MARCELLE FIGUEIRA NUNES

CNPJ/MF nº: 712.XXX.7XX-15

Objeto: Locação de Imóvel Urbano para Instalação da Secretaria Municipal de Infraestrutura do Município de Cantá/RR.

Fonte de Recursos: Recurso Próprio.

Projeto/atividade: 04 122 2300 2022 0000.

Elemento de despesa: 3.3.90.36.00.


Valor Total: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil) reais.

Vigência: 12 meses, contados a partir da data de assinatura.

Data de Assinatura: 06 de janeiro de 2026.

Cantá/RR, 06 de janeiro de 2026.

ANDRÉ LUIS COSTA DE CASTRO
Prefeito Municipal




CARTÓRIO DE BONFIM
OFÍCIO ÚNICO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE RORAIMA
SERVIÇOS DE TABELIONATOS E REGISTROS PÚBLICOS DA COMARCA DE BONFIM-RR
Av. São Sebastião, n. 895, 13 de Maio, Bonfim/RR - CEP: 69.380-000. Tel: (95) 981100280. Email: cartoriojosea@cartorioanuncio.com.br


Ofício Único de Notas, Protestos, Registro Civil, Registro de Pessoas Jurídicas, Registro de Imóveis, Registro de Títulos e Documentos
Comarca de Bonfim- RR

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Com fundamento no art. 26, § 4º, da Lei n. 9.514 de 97, notifico o (s) devedor (a) para se manifestarem, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste edital, acerca da pretensão de vencida e não paga a dívida, no todo ou em parte, e constituídos em mora o devedor e, se for o caso, o terceiro fiduciante, será consolidada, nos termos deste artigo, a propriedade do imóvel em nome do Fiduciário. Notificante: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Roraima – SICOOB RORAIMA, CNPJ n 02.038. xxxxxxx, com sede em Boa Vista-RR; Notificado: Cinthia Medeiros Lima, CPF n. 317. xxxxxx, residente e domiciliada em na rua Luiza Malaquias, n. 41, Paraviana, Boa Vista-RR. Indico, ademais, que o decurso do prazo sem impugnação implicará no deferimento do pedido. Elucidado que Cédula de Crédito Bancário n. 5028/003 e demais documentos apresentados podem ser solicitados na sede da Serventia Extrajudicial, localizada na Avenida São Sebastião, n. 895, 13 de maio, Bonfim – RR, ou através do endereço de e-mail: cartoriojosea.ribeirocampos@gmail.com, cel: 95 984175879-981100280, 06 de janeiro de 2026. Naiada Rodrigues Silva, Oficial Pública Interina.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA
“AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS”
TRABALHO, RESPEITO E JUSTIÇA



COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO E LICITAÇÃO - CCL


AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão de Contratos e Licitação - CCL, da Prefeitura Municipal de Normandia-PMN, torna pública a abertura do Pregão Presencial Nº 025/2025/CCL/NORMANDIA, no dia 22.01.2026 às 08:00 horas, cujo objeto é a “**EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS PERTENCENTES A PREFEITURA DE NORMANDIA-RR.**”


O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos na CCL/NORMANDIA, localizada na Av. Maurício Habert, Nº 793, Bairro: Centro - CEP: 69.355-000, Normandia/RR, das 08h00min às 14h00min, nos dias úteis, ou no site: https://transparencia.normandia.rr.gov.br/dados_editais/.

Normandia – RR, 07 de janeiro de 2025.

CIRES DE NAZARÉ SOUSA LIMA
Agente de Contratação/Pregoeira



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA
“AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS”
TRABALHO, RESPEITO E JUSTIÇA



EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2026

CONTRATO Nº 001/2026

ORIGEM: - CONCORRÊNCIA Nº 010/2025

PROCESSO: Nº 068/2025 - SEMISP

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA - PMN. CNPJ: 04.056.222/0001-87.

CONTRATADA: NORTE + EMPREENDIMENTOS & COMERCIO LTDA - CNPJ: 50.760.356/0001-00.

Objeto: “**CONSTRUÇÃO DE MALOCÃO COMUNITÁRIO NA COMUNIDADE INDÍGENA RAPOSA, NO MUNICÍPIO DE NORMANDIA/RR**”, pelo período de 210 (duzentos e dez) dias.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 788.462,14 (Setecentos e oitenta e oito mil quatrocentos e sessenta e dois reais e quatorze centavos).

VIGÊNCIA: 07/01/2026 à 05/08/2026.

DATA DA ASSINATURA: 07 de janeiro de 2026.

Normandia – RR, 08 de janeiro de 2026.

WENSTON PAULINO BERTO RAPOSO
Prefeito Municipal de Normandia - PMN



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA
“AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS”
TRABALHO, RESPEITO E JUSTIÇA



TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 010/2025/CCL/NORMANDIA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA, torna público que após análise técnica da proposta de preços da empresa habilitada concernente a **CONCORRÊNCIA Nº 010/2025/CCL/NORMANDIA - PROCESSO Nº 068/2025 - SMISP**.

OBJETO: “**CONSTRUÇÃO DE MALOCÃO COMUNITÁRIO NA COMUNIDADE INDÍGENA RAPOSA, NO MUNICÍPIO DE NORMANDIA/RR**”.

Empresa Vencedora: **NORTE + EMPREENDIMENTOS & COMERCIO LTDA – CNPJ: 50.760356/0001-00**.

Valor para contratação: **R\$ 788.462,14 (Setecentos e oitenta e oito mil quatrocentos e sessenta e dois reais e quatorze centavos)**.

Estando a mesma devidamente adjudicada e Homologada pela autoridade superior.

Normandia – RR, 05 de janeiro de 2026.

WENSTON PAULINO BERTO RAPOSO
Prefeito Municipal de Normandia – PMN



Governo do Estado de Roraima
Secretaria de Estado de Licitação e Contratação
“Amazônia: patrimônio dos brasileiros”



COMUNICADO

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 014/2025

PROCESSO Nº **21101.000334/2025.81**

EDITAL NO PNCP Nº **107/2025** - Código da UASG nº **930800**

ID CONTRATAÇÃO PNCP: 53212344000120-1-000106/2025

OBJETO: “**Contratação de Empresa Especializada de Engenharia para Execução dos Serviços de Intervenções de Qualificação Viária no Perímetro Urbano do Município de Boa Vista - RR, com Construção de Calçadas no Distrito Industrial - Fase 2, (Convênio nº 946062/2023-NCIDADES/CAIXA)**”.

O Agente de Contratação da Secretaria de Estado de Licitação e Contratação - SELC, torna público, após o decurso da fase recursal sem impetração de recurso contra as decisões exaradas, o RESULTADO FINAL do certame licitatório em referência, no qual:

A empresa **2P CONSTRUÇÕES LTDA**, CNPJ 35.085.081/0001-54, fica declarada **VENCEDORA** no presente certame, em razão de ter atendido a todos os requisitos do Edital de Concorrência Presencial nº 014/2025, tendo proposto o menor preço, com o valor de **R\$ 351.067,05** (trezentos e cinquenta e um mil, sessenta e sete reais e cinco centavos) e prazo de execução dos serviços de 120 (cento e vinte) dias, cuja proposta apresenta deságio de **9,98%** (nove vírgula noventa e oito por cento) em relação ao orçamento cotado pela Administração.

(assinado eletronicamente)
AIRTON PEREIRA DA SILVA
Agente de Contratação - SELC

Em 08 de janeiro de 2026.

Documento assinado eletronicamente por **Airton Pereira da Silva**, Agente de Contratação, em 08/01/2026, às 08:52, conforme Art. 5º, XIII, “b”, do Decreto Nº 27.971-E/2019.

A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **20747666** e o código CRC **B4AE812E**.

21101.000334/2025.81

20747666v2



AVISO DE LICITAÇÃO

O **SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO**, Administração Regional em Roraima, torna público a realização de Licitação na modalidade “**PREGÃO PRESENCIAL**” N.º **25/061**, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, conforme Resolução Sesc 1.593/2024, de 02 de maio de 2024, com data de abertura das documentações e propostas no dia **16/01/2026, às 15h**, na Sede Administrativa do Sesc.

OBJETO:
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA UTILIZAÇÃO SOB DEMANDA EM TODAS AS UNIDADES OPERACIONAIS DO SESC/RR, conforme instrumento convocatório e seus anexos.

O referido Edital poderá ser adquirido sem ônus na sede da Administração Regional do SESC Roraima, localizada na Rua Doutor Araújo Filho n.º 947 – Centro, em Boa Vista-RR ou pelo site www.sescrr.com.br.

Maiores informações ou esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo do Edital poderão ser obtidos na Comissão de Licitação pelo telefone (95) 9110-4290.

As decisões e eventuais alterações no edital e seus anexos relativas a esta licitação, serão comunicadas por meio do endereço eletrônico: www.sescrr.com.br.

Boa Vista-RR, 09 de janeiro de 2026.

Dheferson Santos de Santana
Presidente da CPL/Pregoeiro



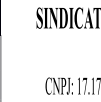
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA ESPECÍFICA

O Sindicato dos Trabalhadores no Ramo Financeiro do Estado de Roraima (SINTRAF-RR), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.640.818/0001-92, Registro sindical nº 24.0000.00323/90 por seu presidente abaixo assinado, convoca todos os empregados representados, sócios e não sócios, da base territorial deste sindicato, que prestam serviço para o Banco Itaú Unibanco S/A; Itaú Unibanco Holding S/A; Banco Itaú Consignado S/A; Financeira Itaú CBD S/A – Crédito, Financiamento e Investimento e Luizacred S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento e Redecard Sociedade de Crédito Direto S/A para a reunião assemblear específica a ser realizada no dia 13 de janeiro de 2026 com votação das 07:00 horas até às 19:00 horas, para deliberação sobre a seguinte pauta: aprovação do Acordo Coletivo de Trabalho, com vigência de 01 (um) ano, durante o período de 1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026, para reconhecimento do modelo de Teletrabalho, do Sistema Alternativo Eletrônico de Controle de Jornada, da Validação do Ponto, do Regime de Compensação de Horas, da concessão da Bolas Auxílio Estudo, da Gestão Ética na Relação de Trabalho, do Programa de Acolhimento e da Criação da Mesa Bipartite, na forma disposta no site: <https://bancarios.votabem.com.br/>

Boa Vista-RR 09 de janeiro de 2026.

Adauto Andrade Martins
Presidente



SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTES
AÉREO DA REGIÃO NORTE - SINTRENORTE
CNPJ: 17.177.733/0001-07 – Rua Comandante Waldir Bastos nº 50, Conjunto Santos Dumont – Bairro da Paz-CEP: 69.049-150 – Manaus-AM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo da Região Norte, nos termos do Estatuto Social, na pessoa do sr. Presidente Cezar Iliano Matos do Nascimento, **CONVOCA** todos os **TRABALHADORES EM EMPRESAS DE SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO** dos Estados do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins Associados quites com suas obrigações Estatutárias, para participarem da **Assembleia Geral Extraordinária** em primeira convocação no dia 28/02/2026 às 09h00min, e em segunda convocação às 11h00min, com qualquer número de presentes, no endereço: Rua Comandante Waldir Bastos, nº50, Conj. Santos Dumont – Bairro da Paz, CEP 69.049-150, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Proposta de alteração estatutária parcial do sindicato; 2. Alteração da abrangência territorial de atuação da entidade sindical. Deixando o Sindicato de atuar apenas no Amazonas e passando a atuar também em toda região NORTE, sendo os lugares de atuação: Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. 3. Outros assuntos correlatos que possam surgir durante a assembleia que seja de interesse da categoria.

Informamos que a participação dos associados é de suma importância para o fortalecimento e desenvolvimento da entidade, garantindo a representatividade nas decisões a serem tomadas. Manaus/AM, 09 de Janeiro de 2026. **Cezar Iliano Matos do Nascimento** – Presidente.







PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
PREGÃO

RETIFICAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90099/2025-SRP
Processo nº 011317/2025-SMSA

No Diário Oficial da União Seção 3, Edição nº 4, página nº 312, Diário Oficial do Município nº 6508, e no Jornal Folha de Boa Vista, que circulou no dia 07/01/2026, nas publicações referentes ao Aviso de Adjucação/Homologação do Pregão Eletrônico supracitado.

Onde se lê: "... Cláudio Galvão dos Santos..."
Leia-se: "... Marcelo Zeitouno..."

Beatriz da Conceição Bezerra
Agente de Contratação/Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOA
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE PESSOAL

CHAMADA DE SERVIDORES

A Gerente do Departamento de Desenvolvimento de Políticas de Pessoal da Prefeitura Municipal de Boa Vista – RR, no uso de suas atribuições, convoca os servidores e ex-servidores abaixo relacionados, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da última publicação, a comparecer ou buscar informações no setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, situado à Rua Professor Agnelo Bitencourt, nº 232, centro, no horário das 08h às 14h, contato WhatsApp 98410-4169, para tratar assunto de seu interesse.

ORD.	NOME	CPF
01	JADER DA SILVA FRANCO	XXX.303.032-XX
02	MARIA JUSSARA DINIZ DOS SANTOS	XXX.725.342-XX
03	MARCELO GRANGEIRO MAGALHÃES	XXX.065.962-XX
04	SEBASTIANA CARVALHO LIRA	XXX.197.002-XX
05	VERIDIANE BENTO CARVALHO	XXX.241.792-XX

Boa Vista, data constante no sistema

(Assinado eletronicamente)
Cleynise Laura Leão Mayer
Gerente do Departamento de Desenvolvimento
De Políticas de Pessoal/GPPD



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOA
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE PESSOAL

CHAMADA DE SERVIDORES

A Gerente do Departamento de Desenvolvimento de Políticas de Pessoal da Prefeitura Municipal de Boa Vista – RR, no uso de suas atribuições, convoca os servidores e ex-servidores abaixo relacionados, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da última publicação, a comparecer ou buscar informações no setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas, situado à Rua Professor Agnelo Bitencourt, nº 232, centro, no horário das 08h às 14h, contato WhatsApp 98410-4169, para tratar assunto de seu interesse.


ORD.	NOME	CPF
01	JULIANA DA SILVA E SILVA	XXX.712.532-XX
02	MARIA VILMA CONCEIÇÃO	XXX.982.382-XX
03	SARAH OLIVEIRA DOS SANTOS	XXX.063.732-XX

Boa Vista, data constante no sistema

(Assinado eletronicamente)
Cleynise Laura Leão Mayer
Gerente do Departamento de Desenvolvimento
De Políticas de Pessoal/GPPD

08/01/2026, 13:17

SEI/IGRR - 20737790 - Comunicado



Governo do Estado de Roraima
Secretaria de Estado de Licitação e Contratação
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

COMUNICADO

RESULTADO DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 051/2025

PROCESSO Nº 20101.051187/2025-45 (SESAU)
EDITAL NO PNCP Nº 013/2026 - Código da UASG nº **930800**
OBJETO: "Contratação de Empresa Especializada em Engenharia Civil para Execução da Obra de Ampliação da Unidade de Atenção Especializada em Saúde - Ampliação do Hospital Geral de Roraima - HGR, localizado no Município de Boa Vista - RR (Termo de Compromisso nº 963535/2024/MS/CAIXA)"

A Comissão Permanente de Contratação da Secretaria de Estado de Licitação e Contratação - SELC, torna público o resultado da fase de habilitação no certame licitatório em referência e declara, após análise do rol documental, conforme a Ata de Julgamento (Ep. 20737678), que:

1. As empresas abaixo listadas encontram-se **HABILITADAS**, as quais prosseguirão para a próxima fase do certame:

ORDEM	LICITANTE	SITUAÇÃO
01	COEMA CONSTRUTORA LTDA CNPJ: 04.236.920/0001-64	HABILITADA
02	CONSPRO CONSTRUÇÕES LTDA CNPJ: 34.218.521/0001-40	HABILITADA
03	CONSTRUTORA PORTO S/A CNPJ: 37.243.599/0001-02	HABILITADA

Assim, conforme o disposto no subitem 12.13, do Edital, após a divulgação do resultado da fase de Habilidade, será concedido o prazo de até 24h (vinte e quatro horas) para que as licitantes apresentem a "manifestação de intenção de recorrer da decisão", mediante documento formalizado, sob pena de preclusão.

Em tempo, COMUNICAMOS as empresas habilitadas quanto à convocação para a Segunda Sessão Pública, agendada para o dia 15 de janeiro de 2026, (quinta-feira) às 09:00 (horário local), momento que reunir-se-ão, para a abertura dos Envelopes nº 02 - Proposta de Preços e a Fase de Lances, em atendimento ao item 14 disposto no Edital.

(assinado eletronicamente)
AIRTON PEREIRA DA SILVA
Presidente da Comissão de Contratação - SELC

Em 07 de janeiro de 2026.

08/01/2026, 13:17

SEI/IGRR - 20737790 - Comunicado

Documento assinado eletronicamente por Airton Pereira da Silva, Agente de Contratação, em 08/01/2026, às 13:50, conforme Art. 5º, XIII, da Lei nº 20737678, do Decreto nº 23.073 de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://selc.gov.br/autenticar> informando o código verificador 20737790 e o código CRC 822FBA38.

20101.051187/2025-45

20737790/4



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
PREGÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90096/2025 – SRP
Processo nº 027129/2022 – SMEC

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC, torna público aos interessados a ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 90096/2025, oriundo do processo nº 027129/2022 – SMEC, tendo como objeto: eventual contratação de empresa especializada, sob o sistema de registro de preços, para aquisição com instalação de som e iluminação, para atender as necessidades das escolas da rede municipal de ensino de Boa Vista da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC (órgão gerenciador) e dos demais órgãos participantes. Cujas vencedora do Grupo 1 foi a empresa MARYLEIDE FONSECA ALMEIDA LTDA CNPJ: 15.838.111/0001-40 pelo valor total de R\$ 2.989.750,00 (dois milhões e novecentos e trinta e três mil e setecentos e cinquenta reais), Boa Vista/RR, 31 de dezembro de 2025.

Emerson Nascimento de Vasconcelos
Secretário Municipal de Educação e Cultura - Adjunto



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES E COMPRAS
PREGÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90081/2025 – SRP
Processo nº 024472/2024 – SMEC

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC, torna público aos interessados a ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 90081/2025, oriundo do processo nº 024472/2024 – SMEC, tendo como objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza, tratamento, higienização, conservação e manutenção de piscinas, para atendimento da demanda nas unidades escolares da rede Municipal de Educação de Boa Vista – RR, cuja vencedora do grupo 1 foi a empresa AMMER SERVICOS LTDA CNPJ: 28.471.333/0001-18, pelo valor total de R\$ 118.899,96 (cento e deztoito mil e oitocentos e noventa e nove reais e seis centavos), Boa Vista/RR, 17 de dezembro de 2025.


Emerson Nascimento de Vasconcelos
Secretário Municipal de Educação e Cultura - Adjunto

ANUNCIAR COM CREDIBILIDADE


É ANUNCIAR COM A FOLHA FM 100.3

A sua marca em uma rádio de credibilidade

INFORMAÇÕES
(95) 99115-2155



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA
"AMAZÔNIA: PATRIMÔNIO DOS BRASILEIROS"
TRABALHO, RESPEITO E JUSTIÇA



TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATORIO Nº 068/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA, POR INTERMÉDIO DO SR. WENSTON PAULINO BERTO RAPOSO E A EMPRESA NORTE + EMPREENDIMENTOS & COMERCIO LTDA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NORMANDIA-PMN, com sede na Rua Manoel Amâncio, nº 03, Centro, 69.355-000, Normandia/RR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 04.056.222/0001-87, neste ato representado(a) pelo(a) Prefeito Sr. WENSTON PAULINO BERTO RAPOSO, portador da carteira de identidade nº 152.793 SSP/RR e do CPF nº 626.826.792-34, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) NORTE + EMPREENDIMENTOS & COMERCIO LTDA, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 50.760.356/0001-00, sediada(a) na Av. Maurício Habert, nº 890, Sala A, CEP nº 69.355-000, na cidade de Normandia/RR doravante designado CONTRATADA, neste ato representado(a) por SAMUEL PEREIRA DA SILVA, portador(a) da carteira de identidade nº 396543-0 SSP/RR e do CPF: 019.655.592-20, conforme atos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo nº 068/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência nº 010/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a “CONSTRUÇÃO DE MALOCÃO COMUNITÁRIO NA COMUNIDADE INDÍGENA RAPOSA, NO MUNICÍPIO DE NORMANDIA/RR”, nas condições estabelecidas no Projeto Básico.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR GLOBAL
1	SERV.	01	“CONSTRUÇÃO DE MALOCÃO COMUNITÁRIO NA COMUNIDADE INDÍGENA RAPOSA, NO MUNICÍPIO DE NORMANDIA/RR” VALOR GLOBAL	RS 788.462,14 RS 788.462,14

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência/Projeto Básico;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 210 (duzentos e dez) dias contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Básico, anexo a este Contrato, que equivale o prazo de execução de 150 dias, conforme projeto básico.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de **RS 788.462,14 (Setecentos e oitenta e oito mil quatrocentos e sessenta e dois reais e quatorze centavos)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Projeto Básico.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Divida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- Multa**:
 - Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
 - Multa compensatória de até 20% (vinte por cento), a ser calculada sobre o valor total da contratação, no caso de inadimplimento de qualquer obrigação por parte da contratada, sem prejuízo das demais sanções administrativas.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.1.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amiavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

- 12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, XXII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UO: 06001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
AÇÃO: 04.122.0038-2023 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
ELEMENTO DE DESPESA: 339039 – OUTROS SERVIÇOS DE PESSOA JURÍDICA
FONTE: 1500.0000

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, XXIII)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais rege-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO (art. 92, §1º)

16.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em Bonfim, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Normandia/RR, 07 de janeiro de 2026.

Assinam:

CONTRATANTE:

WENSTON PAULINO BERTO RAPOSO
Prefeito Municipal de Normandia – PMN

CONTRATADO:

SAMUEL PEREIRA DA SILVA
SÓCIO ADMINISTRADOR
RG: 396543-0 SSP/RR
CPF: 019.655.592-20

Testemunhas: